

Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos¹

Fabio Gentile

Doutor em Filosofia e Política pela Università degli Studi di Napoli “L’Orientale” – UniOr

Professor no Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará – UFC

Professor do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Estadual do Ceará – UECE

fabio_gentile@ymail.com

<https://orcid.org/0000-0001-5746-8008>

Resumo

Ao longo do caminho trilhado para obter os resultados mais significativos no debate pertinente, este artigo proporciona um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico, embora não exaustivo, dos usos (e também dos abusos) do conceito de *populismo* nas ciências sociais brasileiras – tendo em vista que estas constituem um verdadeiro laboratório da apropriação latino-americana do populismo. Se, por um lado, o debate brasileiro incorpora todos os pontos fortes e fracos do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, a adoção desse conceito no pensamento político-social brasileiro, por outro lado, deve atender a algumas necessidades específicas, a partir das primeiras teorias sobre o povo “amorfo”, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, passando pela análise do ciclo nacional-desenvolvimentista da “Era Vargas” (no período de 1930 a 1964), até chegar à recuperação desse conceito nas últimas décadas, para definir o fenômeno do “lulismo” e, sobretudo, o chamado “bolsonarismo”, já no século XXI.

Palavras-chave populismo; era vargas; trabalhismo; bolsonarismo.

1 O presente artigo elabora uma palestra ministrada pelo autor sobre o tema “O populismo nas ciências sociais brasileiras”, junto com o ICS de Lisboa, com apoio Capes-Funcap, numero do processo 8881.165965/2018-01

Populism and Brazilian social sciences: theoretical and methodological challenges

Abstract

Along the way to obtaining the most significant results in the relevant debate, this article provides an analytical, historico-critical, and methodological, though not exhaustive, overview of the uses (as well as the abuses) of the concept of *populism* in the Brazilian social sciences – given that the latter constitute a true laboratory for the Latin American appropriation of *populism*. If, on the one hand, the Brazilian debate incorporates all the strengths and weaknesses of the European and North American debates on populism, the adoption of this concept in Brazilian politico-social thinking, on the other hand, must meet some specific needs, starting from the early theories about the ‘amorphous’ people, between the second half of the 19th century and the beginning of the 20th century, going through the analysis of the national-developmental cycle in the ‘Vargas Era’ (within the period from 1930 to 1964), until reaching the resumption of this concept in the last decades, in order to define the phenomenon named as ‘Lulism’ and, above all, the so-called ‘Bolsonarism,’ in the very 21st century.

Key words populism; vargas era; laborism; Bolsonarism

Populismo y ciencias sociales brasileñas: desafíos teóricos y metodológicos

Resumen

En el camino hacia la obtención de los resultados más significativos en el debate relevante, este artículo ofrece un panorama analítico, histórico-crítico y metodológico, aunque no exhaustivo, de los usos (así como los abusos) del concepto de *populismo* en las ciencias sociales brasileñas – dado que estas últimas constituyen un verdadero laboratorio para la apropiación latinoamericana del *populismo*. Si, por un lado, el debate brasileño incorpora todas las fortalezas y debilidades de los debates europeo y norteamericano acerca del populismo, la adopción de este concepto en el pensamiento político-social brasileño, por otro lado, debe satisfacer algunas necesidades específicas, comenzando desde las primeras teorías sobre el pueblo “amorfo”, entre la segunda mitad del siglo XIX y principios del siglo XX, pasando por el análisis del ciclo nacional-desarrollista en la “Era Vargas” (en el período de 1930 a 1964), hasta llegar a la recuperación de este concepto en las últimas décadas, para definir el fenómeno del “Lulismo” y, sobre todo, el llamado “Bolsonarismo”, ya en el siglo XXI.

Palabras clave populismo; era vargas; laborismo; bolsonarismo

Populisme et sciences sociales brésiliennes: défis théoriques et méthodologiques

Résumé

En route pour obtenir les résultats les plus significatifs dans le débat pertinent, cet article offre un panorama analytique, historico-critique et méthodologique, mais bien que non exhaustif, des utilisations (ainsi que des abus) du concept de *populisme* dans les sciences sociales brésiliennes – car ces derniers constituent un véritable laboratoire d'appropriation latino-américaine du populisme. Si, d'une part, le débat brésilien intègre toutes les forces et les faiblesses des débats européen et nord-américain sur le *populisme*, l'adoption de ce concept dans la pensée politico-sociale brésilienne, d'autre part, doit répondre à des besoins spécifiques, à partir de les premières théories sur le peuple « amorphe », entre la seconde moitié du XIXe siècle et le début du XXe siècle, en passant par l'analyse du cycle national-développementaliste de « l'ère Vargas » (dans la période de 1930 à 1964), jusqu'à son arrivée à la récupération de ce concept au cours des dernières décennies, pour définir le phénomène nommé « lulisme » et, surtout, le soi-disant « bolsonarisme », déjà au 21e siècle.

Mots-clés populisme; ère vargas; travailisme; bolsonarisme

Introdução

As ambiguidades ínsitas no conceito de *populismo* marcam até hoje seu caminho tortuoso e não consensual no campo da teoria política europeia e americana (Eatwell & Godwin, 2018; Finchelstein, 2017; Mény & Surel, 2000) – desde suas primeiras teorizações, nas décadas de 1950 e 1960 (Gellner & Ionescu, 1969), formuladas para analisar fenômenos produzidos por tendências “patológicas” da democracia de massa após a Segunda Guerra Mundial (Donzelli & Pozzi, 2003) e, portanto, não claramente classificáveis nas categorias *fascismo*, *autoritarismo* e *totalitarismo*, até sua retomada, nas décadas de 1980 e 1990. O populismo é pensado nessa nova conjuntura como um recipiente multiforme e elástico, capaz de capturar a essência mais profunda dos fenômenos (especialmente na área da direita, mas também na esquerda), provocados pelas crises das democracias representativas liberais ocidentais, no contexto do “fim das ideologias” aberto pelo colapso da União Soviética.

Em suma, trata-se de um conceito político controverso, ambivalente, ilusório, cuja apropriação se dá, em muitos casos, de modo ideológico na linguagem política cotidiana, a despeito das necessidades científicas para as quais foi pensado.

No entanto, se restringirmos o campo de análise à circulação do conceito na América Latina desde a segunda metade do século XX, observamos que o populismo não foi marcado pelas mesmas antinomias, detectadas pelas ciências sociais europeia e norte-americana.

Sob o impulso da renovação metodológica e teórica trilhada pelo sociólogo ítalo-argentino Gino Germani (1969, 1978) o populismo registrou grande sucesso no pensamento sociopolítico latino-americano, sem, todavia, ter sido submetido ao rigor metodológico e

teórico que uma teoria política sólida demanda, tornando-se uma categoria em muitas circunstâncias mais ideológica do que científica, útil para classificar todas as etapas cruciais da modernização latino-americana, em contínua oscilação entre os níveis não coincidentes do conceito, do fato, da teoria e da semântica da comunicação populista.

Nessa perspectiva, as ciências sociais brasileiras constituem um verdadeiro laboratório da apropriação latino-americana do populismo. Se, por um lado, o debate brasileiro incorpora todos os pontos de força e de fragilidade do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, o uso desse conceito no pensamento político-social brasileiro, por outro lado, precisa atender a necessidades específicas, a partir das primeiras teorias sobre o povo “amorfo”, entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX, passando pela análise do ciclo nacional-desenvolvimentista da “Era Vargas” (1930-1964), pensado como um projeto de industrialização integral, caminho privilegiado para superar o subdesenvolvimento, sob a égide do Estado (Bielschowsky, 1988) – que para muitos cientistas sociais marca o ponto de partida do populismo brasileiro –, até a recuperação do conceito nas últimas décadas, para definir o fenômeno do “lulismo” e, sobretudo, o chamado “bolsonarismo”, apresentado como mistura de neoliberalismo globalizado e autoritarismo, que se insere na onda de direita em nível mundial.

No caminho trilhado rumo aos resultados mais significativos do debate (Ferreira, 2001), este artigo fornece um panorama analítico, histórico-crítico e metodológico, embora não exaustivo, dos usos (e também dos abusos) do conceito de populismo nas ciências sociais brasileiras. Trata-se de uma iniciativa para incentivar as ciências sociais europeia, norte-americana e latino-americana a colaborar no terreno comum da construção de redes de interdependência, que precisam ser fortalecidas com base em uma ciência social comprometida com a “transnacionalização” da cultura (Costa Pinto & Finchelstein, 2019). Nessa perspectiva, o cerne da análise não reside mais na lógica tradicional de um “centro” que elabora ideologias e uma “periferia” exclusivamente reprodutora. Pelo contrário, o objetivo é criar novos espaços transnacionais para a circulação de ideias, a interação e a comparação entre fenômenos que compartilham as mesmas raízes ideológicas e políticas.

O povo “amorfo” no pensamento nacional-autoritário brasileiro do início do século XX

O primeiro pós-guerra foi um período de profunda transformação para a sociedade brasileira. Embora o Brasil não tenha participado da Grande Guerra, o efeito devastador dessa ruptura abriu um período de transição, culminando na “Revolução de 1930” e na “Era Vargas” entre os anos 1930 e a primeira metade da década de 1950 – época que marca a entrada do país na modernidade do século XX (Ferreira & Delgado, 2003).

O clima efervescente da década de 1920 favoreceu as condições ideais para o surgimento de um nacionalismo “político-militante”, sob o impulso da exigência teorizada em muitas vertentes do panorama político e cultural brasileiro para criar o povo nação, “redescobrimdo” os traços originais da nação brasileira desde sua matriz colonial.

Além da diversidade de biografias intelectuais e percursos ideológicos, o “redescobrimento” da nação foi compartilhado por intelectuais e políticos animados a repensar o vínculo nação-Estado em uma perspectiva qualitativamente diferente do nacionalismo liberal do século XIX (Lippi, 1990).

Isso não quer dizer que o “redescobrimento” nacionalista fosse um marco exclusivo da década de 1920. Na trilha das obras literárias de Euclides da Cunha e Sílvio Romero, o político liberal Alberto Torres (1865-1917), já no início do século XX, influenciado pela ampla circulação das ideias de Auguste Comte e Émile Durkheim no Brasil, havia antecipado um dos temas centrais da ideologia nacionalista brasileira entre as duas guerras mundiais: o hiato profundo entre o Brasil “legal” da Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (Constituição de 1891, 1891) – sofisticada obra jurídica baseada na montagem de modelos estrangeiros da tradição liberal europeia e norte-americana e, como tal, considerada inadequada ao caminho histórico nacional – e o Brasil “real”, lidando com profundos problemas sociais e econômicos e com um povo marcado pela anomia, pela ausência de laços de solidariedade, “amorfo” e totalmente desprovido dos requisitos mínimos para participação política. Sem abrir mão dos princípios fundamentais do liberalismo, o remédio para os “males do Brasil” – na opinião de Torres (1978) – era a incorporação do povo à nação mediante um nacionalismo organicista, caracterizado pela ampliação dos poderes do Estado e pela organização de todas as forças econômicas e sociais do país.

É nesse contexto que surge uma direita nacionalista e autoritária, plasmada em torno da “criação” e da educação do povo pelo Estado-nação.

De acordo com os resultados mais convincentes da historiografia a esse respeito (Beired, 1999), a análise desse fenômeno sugere que o pensemos como um campo de relações intelectuais e políticas polarizadas em torno de um conjunto de problemas no qual temas tradicionais de longo prazo do pensamento político brasileiro, como a “ausência de um povo” (entendida como falta de consciência nacional) e a necessidade de um Estado centralizado, entrelaçam-se com os desafios da modernização, vinculados à crise do modelo agroexportador brasileiro, no contexto mais amplo da crise mundial do capitalismo e do Estado liberal, percebido como inadequado para governar as grandes transformações em andamento.

Essa galáxia de direita se apresenta com uma face tripla: a) o nacionalismo-autoritarismo, herdeiro da tradição positivista brasileira; b) a direita católica; e c) a direita integralista, que, de acordo com um análise consolidada no debate histórico, seria o movimento ideológico e político mais próximo do fascismo europeu (Trindade, 1974).

Na impossibilidade deste estudo examinar a trajetória da direita brasileira no século XX, nossa análise enfoca os traços essenciais do nacionalismo e autoritarismo, já que os principais teóricos dessa vertente abrem o caminho teórico à apropriação sucessiva das teorias populistas nas ciências sociais brasileiras.

O pensamento nacionalista autoritário fundamenta seu diagnóstico da sociedade em um positivismo eclético – cujo núcleo originário se encontra na expansão do positivismo no Sul do Brasil na segunda metade do século XIX (Love, 1975). Assim: a) a teoria spenceriana, base do evolucionismo social darwiniano, funde-se com o organicismo social de Comte; b) a metodologia das primeiras teorias sobre a família da escola sociológica de Le Play está vinculada ao racismo biológico de Georges Vacher de Lapouge e a demografia racial de Arthur de Gobineau; e c) a teoria das multidões de Gustave Le Bon e a teoria das elites de Gaetano Mosca e Vilfredo Pareto são complementadas com a psicologia e a psicanálise (Oliveira Vianna, 2005).

Embora com algumas diferenciações, devido às biografias ideológicas e políticas individuais, a vertente nacional-autoritária – concentrada principalmente em torno de intelectuais como Francisco José de Oliveira Vianna, Azevedo Amaral e Francisco Campos – compartilha a ideia principal de que o Brasil não está pronto para um regime liberal-democrático no modelo anglo-saxônico. Também em virtude de seu passado como país colonizado, o povo brasileiro se apresenta como “amorfo”, uma vez que a Constituição de 1891 (1891), ampliando o hiato entre o país dos “idealistas utópicos” (categoria proposta por Oliveira Vianna, 2005, p. 56) e o Brasil real joga o povo brasileiro, desenraizado de seus laços clânico-parentais, em uma “fase de desorganização profunda e geral”. A única solução racional e orgânica para a realidade econômica, política e social brasileira apontada por essa linhagem do pensamento político brasileiro é o Estado nacionalista autoritário.

Como foi justamente observado (Lamounier, 1977; Silva, 2004), o diagnóstico da realidade brasileira e os remédios normativos propostos pelo nacional-autoritarismo constituíram o núcleo de uma nova “ideologia do Estado” como resposta necessária e específica ao problema da organização do poder e da criação de um povo, diante da crise do liberalismo, no contexto mais amplo da crise internacional do primeiro pós-guerra. Os principais pontos dessa ideologia são: a) o domínio do Estado sobre o mercado; b) uma visão orgânico-corporativa da sociedade, de matriz positivista; c) uma visão paternalista e autoritária do conflito social produzido pela industrialização; d) o Estado pensado como um “leviatã benevolente” que incorpora as massas trabalhadoras; e e) a confiança nas elites (Lamounier, 1977).

Enfim, a importância do autoritarismo nacionalista reside na capacidade de conceituar a ideologia do Estado em suas múltiplas funções de organização, incorporação, educação, controle e proteção da sociedade.

O conceito de “povo amorfo” em busca de uma identidade nacional, elaborado pelos ideólogos do Estado Novo de Getúlio Vargas, também é apropriado por outras linhagens do pensamento político brasileiro.

É o caso do cientista social Sérgio Buarque de Holanda, que, no clássico *Raízes do Brasil* (Buarque de Holanda, 1936), reformulou a categoria “homem cordial” brasileiro. Em síntese, de acordo com o autor, o homem brasileiro, nascido e criado na estrutura clã-parental do latifúndio, não é compatível com os regimes políticos das sociedades europeias modernas. A sociedade individualista e elitista do liberalismo, a sociedade de classe ou aquela de massa, ambas dominadas pelos totalitarismos de esquerda ou de direita, não eram os modelos a seguir para criar a nação brasileira, ainda marcada por seu passado escravocrata e rural. Buarque de Holanda (1936) conclui sua análise argumentando que as ciências sociais brasileiras precisavam encontrar novas categorias capazes de interpretar a entrada do país no mundo contemporâneo.

Se, portanto, não podemos falar de uma verdadeira teoria do populismo brasileiro na década de 1930, é oportuno reconhecer que os teóricos do Estado varguista abrem caminho para o uso do conceito na análise dos processos de modernidade-modernização brasileira do século XX.

Da “ideologia do estado autoritário” ao nacional-populismo desenvolvimentista como categoria explicativa da modernização brasileira

Com base no exposto, é preciso aguardar até a década de 1960 para ter as primeiras teorias do populismo com base científica. Isso não quer dizer que o conceito tenha desaparecido do debate. O problema é que, no imediato segundo pós-guerra, o populismo se limita a uma análise descritiva do discurso ideológico-político do liberalismo reacionário, conservador e anticomunista, para desacreditar o “inimigo” político populista, acusado de levar o Brasil a uma catástrofe com seus projetos de reforma social. Basta pensar, por exemplo, no economista Roberto Campos, expoente da ala direita do desenvolvimentismo (Bielschowsky, 1988), que teoriza uma ditadura autoritária “provisória” – dominada por militares e tecnocratas, os únicos depositários do “bem” e da “racionalidade” –, dada a incapacidade do povo brasileiro de dar-se instituições democráticas-liberais sob a orientação de perigosos demagogos populistas – no sentido mais depreciativo do termo – como Getúlio Vargas, João Goulart, Leonel Brizola, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, apenas para mencionar alguns dos políticos mais famosos da história brasileira do segundo pós-guerra.

Nesse horizonte de problemas se coloca a obra de alguns dos grandes fundadores da sociologia acadêmica brasileira das décadas de 1960 e 1970, em plena ditadura militar. Trata-se de uma conjuntura importante na elaboração brasileira do conceito de populismo.

Diante da necessidade científica e política de interpretar, no calor do momento, o nacional-desenvolvimentismo da “Era Vargas”, Octavio Ianni (1968) e Francisco Weffort (1978), insatisfeitos em termos teóricos com as categorias *fascismo*, *totalitarismo* e *autoritarismo*, refletem sobre o conceito de *populismo*, liberado de seus usos e abusos ideológicos no conflito político da década de 1950 para ser aplicado como categoria científica na análise sócio-política do “ciclo desenvolvimentista” de 1930 a 1964.

Se, por um lado, Ianni (1968) e Weffort (1978) estão dispostos a aceitar a teoria dos ideólogos do Estado Novo de que o Estado varguista havia criado a nação brasileira, por outro lado, retomam de Buarque de Holanda (1936) a categoria “cordialidade”, para reafirmar a necessidade de elaborar leituras específicas da sociedade brasileira, incomparável com a europeia, marcada por regimes totalitários e autoritários.

Apesar do esforço teórico de Ianni (1968) e Weffort (1978), o populismo teria ficado à margem das ciências sociais brasileiras sem a contribuição de Gino Germani. Os estudos do sociólogo ítalo-argentino proporcionam às ciências sociais brasileiras a oportunidade de legitimar a teoria do nacional-desenvolvimentismo varguista, populista, em bases científicas.

A partir dos trabalhos da década de 1940 e ao longo de sua trajetória como sociólogo dos processos de modernização analisados sob a perspectiva estrutural-funcionalista e parsoniana, Gino Germani, como observador atento da era do totalitarismo fascista e do peronismo argentino, chega à conclusão de que, na análise comparativa entre as sociedades europeias e as latino-americanas, não basta destacar as aproximações entre as duas áreas – sob essa perspectiva, a Europa mediterrânea teria um vínculo evidente com os países latino-americanos –, mas, sobretudo, as vias nacionais específicas para o *desarrollo* ou o *desenvolvimento*.

Porem, a sociologia científica de Gino Germani também envolve a análise da participação das massas na vida nacional. O confronto entre *fascismo* e *peronismo* leva o autor a reconhecer, por um lado, a novidade da mobilização permanente totalitária das massas no nazi-fascismo, mas, por outro lado, a admitir a impossibilidade de reproduzir nas sociedades latino-americanas o Estado-partido totalitário, que absorve a esfera do privado no público, dado que o peronismo e o varguismo se limitaram a incorporar no Estado a classe trabalhadora, a qual participou pela primeira vez, embora passivamente, na vida nacional (Germani, 1978).

Mesmo reconhecendo a influência explícita do modelo europeu, Gino Germani convida seu leitor a analisar as especificidades latino-americanas. Trata-se de um esforço

teórico e metodológico para entender a exceção ao modelo de desenvolvimento dos países europeus.

Se, diferentemente do europeu, o liberalismo latino-americano foi excludente, dada a ausência de uma revolução burguesa, a era do nacional-populismo inaugurada por Getúlio Vargas e Juan Domingo Perón poderia ser apenas – eis o ponto de chegada de sua análise comparativa – caracterizada por uma política populista de inclusão das massas na vida nacional, apesar de suas características autoritárias e corporativas. Daí o interesse das ciências sociais em analisar por que os países latino-americanos escolheram o populismo nacional-autoritário como modelo mais adequado para dirigir a inevitável e necessária entrada de suas sociedades na modernidade.

No caminho aberto por Gino Germani, Octavio Ianni apresenta as características do nacional-populismo brasileiro. Segundo Ianni (1968), a “Revolução” varguista de 1930 abriu caminho para a era da democracia populista no Brasil. Em sua opinião, a “Era Vargas”, embora autoritária no período do Estado Novo, havia inaugurado a política das massas, enquadradas no modelo econômico-social, cujo ponto de chegada foi o Decreto-Lei n. 5.452 (Consolidação das Leis Trabalhistas [CLT], 1943) – um código trabalhista muito amplo, incorporando toda a legislação social produzida durante a “Era Vargas” e ainda em vigor nos dias de hoje –, que criou as condições para a implantação da democracia popular no Brasil.

Ianni (1968) argumenta que a década que vai do suicídio de Vargas ao golpe militar (1954-1964) é caracterizada por um ciclo econômico que rompe com o modelo agroexportador clássico, incentivando a importação de tecnologia e rompendo a dependência dos investimentos estrangeiros. A industrialização sustentada por um desenho político nacional-populista se torna o ponto crucial para o desenrolar da jovem e frágil democracia brasileira, no contexto da Guerra Fria e do imperialismo norte-americano na América Latina.

Portanto, não parece paradoxal para Ianni (1968) que as grandes mudanças introduzidas pela “Era Vargas” – mesmo na fase mais abertamente fascista do Estado Novo – favoreçam a criação de um modelo de Brasil mais democrático e, conseqüentemente, também se tornem objeto de conflito ideológico-político entre os setores populares apoiando os presidentes “varguistas” e “populistas” e as elites aliadas com a burguesia reacionária, que leva ao fim do ciclo virtuoso (1930-1964), interrompido pelo golpe militar.

Na trilha de Ianni (1968), o cientista social Weffort (1978) elabora um dos modelos mais sofisticados de populismo brasileiro.

Para Weffort (1978), a era do nacional-populismo brasileiro é caracterizada pela participação das classes populares na vida nacional, no contexto das transformações econômicas, políticas e sociais provocadas pelos primeiros processos de modernização entre a segunda metade do século XIX e o início do século XX. A pressão das classes

populares é exercida tanto em cima das estruturas estatais – ampliando a participação popular na política, especialmente no campo dos direitos sociais – quanto na economia, com o acesso de setores populares a profissões e bens de consumo dos quais eram tradicionalmente excluídos. O nacional-populismo seria, portanto, a política de inclusão das classes populares em um modelo de desenvolvimento inevitável e necessariamente industrial, dirigido pelo líder carismático e paternalista (Getúlio Vargas, “pai dos pobres e trabalhadores”), com o apoio de uma aliança política social nacionalista, antiliberal e antioligárquica, além de poder contar com os setores populares que, embora de modo passivo, participavam pela primeira vez no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil.

Enfim, a importância das teorias do populismo de Ianni (1968) e Weffort (1978) no campo das ciências sociais brasileiras e, de modo mais geral, nas latino-americanas, pode ser constatada tanto sob a perspectiva científica quanto, sobretudo, a ideológico-política.

Sob o perfil científico, é necessário registrar um primeiro grande esforço teórico e metodológico para interpretar o modelo específico de desenvolvimento nacional dos países latino-americanos, comparando-o com o europeu. Sob o perfil ideológico-político, a teoria do Getúlio Vargas “pai dos pobres e dos trabalhadores”, o líder que inaugurou a entrada das classes populares brasileiras na história, é fundamental para entender o populismo de esquerda, modelado em torno da figura de Lula (lulismo), o “filho do povo”, que recebe o legado varguista, traduzindo-o em um grande projeto de inclusão social do povo brasileiro mediante o Partido dos Trabalhadores (PT), na primeira década do século XXI.

“A invenção do trabalhismo”

As teorias clássicas do populismo exercem forte influência pelo menos até o final da década de 1970, quando se registra um novo esforço para sistematizar questões teóricas e metodológicas ainda pouco exploradas do populismo.

Em um panorama marcado pela lenta e gradual transição da ditadura militar para a democracia, também sob o impulso do “novo sindicalismo” e a volta dos movimentos sociais, na segunda metade da década de 1970, uma nova geração de cientistas sociais brasileiros se confronta com a crise dos paradigmas estruturalistas e funcionalistas da década de 1950 e com a renovação no próprio marxismo, dialogando, sobretudo, com os estudos de E. P. Thompson sobre a classe trabalhadora inglesa (Gomes, 2001; Thompson, 1963).

A obra de referência dessa fase do debate sobre o populismo é, sem dúvida, *A invenção do trabalhismo* (Gomes, 1988). O objetivo do livro é abrir um diálogo interdisciplinar entre sociologia, ciência política e história, à luz das novas fontes documentais disponíveis,

interpretadas sob a perspectiva das recentes teorias sobre o movimento sindical e trabalhista internacional (Gomes, 2001).

Angela Maria de Castro Gomes examina a “ruptura” provocada pela “Revolução” varguista de 1930 na história brasileira, repensando-a em função de um novo modelo interpretativo da história da classe trabalhadora brasileira.

Se o marxismo brasileiro sempre apresentou as classes trabalhadoras como subordinadas e cooptadas em todas as conjunturas cruciais da história nacional – pelo menos desde a Independência, dada a ausência de uma revolução burguesa que deveria ter levado dialeticamente à revolução do proletariado –, Angela Maria de Castro Gomes, pelo contrário, recusa a leitura consolidada, apresentando, com base em uma teoria multidisciplinar, a classe trabalhadora como sujeito ativo da história brasileira. O desafio é repensar o populismo sob uma nova perspectiva, desvinculada das teorias clássicas marcadas pela manipulação midiática das massas fascinadas pelas virtudes carismáticas do líder Getúlio Vargas, bem como pela incorporação autoritária da classe trabalhadora ao Estado.

De acordo com Angela Maria de Castro Gomes, longe de constituírem um sujeito passivo da história brasileira, as classes trabalhadoras interagiram dialeticamente com o Estado varguista, até condicionando suas estratégias políticas (Gomes, 2001). Enfim, o nacional-desenvolvimentismo é apresentado como um “campo aberto de possibilidades” (Gomes, 2001), no qual o Estado, a elite política, a burguesia industrial e a classe trabalhadora negociam uma nova forma de representação menos conflituosa e mais conciliatória, tendo por objetivo comum a industrialização brasileira.

A categoria elaborada por Angela Maria de Castro Gomes é o “trabalhismo”. Trata-se de um novo pacto entre o Estado e as classes produtivas desde a criação do Estado Novo, em 1937. O sentido mais profundo do trabalhismo reside no vínculo entre o Estado e a classe trabalhadora em uma época que tem início bem antes da “Era Vargas” e termina bem depois. A partir do exame minucioso dessa longa época da história brasileira, a cientista chega à conclusão de que a relação entre o Estado e o mundo do trabalho sempre foi marcada por conflitos, avanços e derrotas de ambos os lados e, por consequência, não poderia ser reduzida à mobilização populista, passiva, das classes populares no Estado, de acordo com a teoria de Weffort (1978).

Pode-se concluir que, por um lado, a obra de Angela Maria de Castro Gomes teve o mérito de orientar o debate rumo a uma nova reflexão sobre o populismo, a Era Vargas e, sobretudo, a entrada do Brasil na modernidade do século XX; por outro, ela apresenta dois problemas teóricos e metodológicos fundamentais.

O primeiro problema é que Ângela Maria de Castro Gomes pensa a história brasileira sob uma perspectiva exclusivamente nacional. Ela não leva em consideração, senão marginalmente, que a “Era Vargas” se caracteriza por uma forte influência do

modelo corporativista fascista italiano (Gentile, 2014). E, além disso, purificado de suas características mais abertamente totalitárias – esse é o segundo problema –, o regime autoritário do Estado Novo pode ser apresentado como o início de um pacto construído sob a égide do Vargas “pai do nacional-desenvolvimentismo”, abrindo caminho, então, para o revisionismo da “Era Vargas” dos últimos trinta anos (Romani, 2015).

Populismo de direita e populismo de esquerda: de Collor a Bolsonaro, passando por Lula

Com a transição da ditadura para a democracia, a história dos usos e dos abusos do conceito de populismo enriqueceu com os novos conteúdos. Nas origens dessa nova época de reflexão sobre o populismo brasileiro há alguns fatores que merecem ser mencionados, ainda que brevemente: o fim do mundo bipolar tem um reflexo fundamental no debate sócio-político contemporâneo, uma vez que decreta o “fim” das ideologias do século XX e, conseqüentemente, convida-nos a repensar as categorias tradicionais de direita e esquerda à luz de novos fenômenos políticos aparentemente incompatíveis com elas (os populismos de direita e aquele de esquerda), a crise da representação democrática do século XX e as novas formas de personalização da política (Manin, 1995), que, se encontra certa resistência nos atores sociais e nas políticas tradicionais nos países ocidentais, com instituições liberais e democráticas mais consolidadas, no caso brasileiro, pelo contrário, não enfrenta obstáculo algum, dada a fragilidade das instituições democráticas ainda muito jovens, também levando em conta a peculiar conformação do “presidencialismo de coalizão”, inaugurada em 1946 e restaurada pela Constituição da República Federativa do Brasil (Constituição Federal [CF], 1988) após a ditadura militar (Abranches, 2018).

É o caso do governo Fernando Collor de Mello, que durou apenas 3 anos – de 1990 a 1992 –, terminando com um processo de *impeachment* (Sallum, 2016). A vitória do político “outsider” (Collor) nas eleições presidenciais seria o resultado de uma mudança de sistema – da ditadura para a democracia – que rompe com o equilíbrio social e político tradicional.

A democracia é aceita por todas as forças em disputa, mas o modelo de desenvolvimento econômico vê, por um lado, Collor à frente de um movimento social transclassista, “não partidário”, propondo políticas reformistas e liberais e elaborando um discurso emocional, que inflama o povo em nome do “nós, cidadãos do bem” contra “eles, cidadãos do mal”, sendo este grupo representado, pelo lado oposto, por antigos e novos partidos, aliados na reformulação de um projeto nacional-desenvolvimentista mais distributivo.

A campanha eleitoral brasileira de 1989 constitui um laboratório para analisar alguns dos temas centrais da crise da democracia representativa e do sucesso do populismo

nos últimos anos. O populismo de Collor já se apresentava polarizado em torno da personalidade do líder que, em nome da antipolítica, cria uma relação fideísta com seus eleitores, consultados pelas pesquisas de opinião. O espaço político, tradicionalmente ocupado pelos partidos, responsável por liderar as massas brasileiras da ditadura militar à democracia, torna-se um cenário no qual assume destaque o líder populista Collor, apoiado pela configuração “não partidária” de um novo movimento político, por meio do Partido da Reconstrução Nacional (PRN).

O *impeachment* de Collor, em 1992, é sustentado por uma ampla mobilização popular, dirigida pelos principais partidos da transição à democracia.

O caso Collor mostra, mais uma vez, a natureza polimórfica, elástica e, em última análise, ambígua do conceito de populismo, uma vez que é usado como categoria científica para descrever as características do populismo de direita de Collor, porém, ao mesmo tempo, volta a ser, bem como no conflito ideológico-político da década de 1950, uma arma de luta dos partidos que se opõem a Collor, definido com desprezo como “populista”, perigoso demagogo, inimigo da democracia.

Associado por um longo período a uma tendência descritiva dos traços populistas, entre os quais a personalização da política, nos últimos anos esse conceito tem assumido predominância – reafirmando sua flexibilidade – e é aplicado na análise de fenômenos mais compatíveis com os processos clássicos da democracia representativa, fundamentados nos valores da liberdade e da igualdade. Eis o caso do “lulismo”, concebido como projeto populista democrático, centrado na figura carismática de Luiz Inácio Lula da Silva (Singer, 2012).

O “lulismo” – como o próprio Lula afirmou em várias circunstâncias – não é nem de direita nem de esquerda, podendo tanto consolidar a tradição quanto proporcionar grandes mudanças, como evidenciado em seu primeiro mandato presidencial, sob o signo da manutenção da ordem neoliberal de Collor e Fernando Henrique Cardoso (FHC), para implementar políticas sociais de cunho progressista e reformista, tendo por objetivos o combate à pobreza, à miséria e à desigualdade e o impulso ao mercado interno de consumo, no contexto da crise econômica internacional da primeira década do século XXI.

A força de Lula é um conceito genérico de “povo”, no qual as grandes camadas do proletariado e subproletariado urbano das grandes metrópoles brasileiras podem encontrar-se.

Desde o triunfo de 2002 até a crise de 2016, Lula vai absorvendo o PT em sua pessoa carismática, ao ponto de um dos principais elementos do sucesso populista de direita de Jair Bolsonaro nas eleições presidenciais de 2018 ter sido a rejeição a Lula e ao PT, apresentados pela retórica bolsonarista como um vínculo simbiótico.

Se o “lulismo”, no âmbito dos populismos de esquerda, polarizou a sociedade brasileira em torno de uma dialética “petismo x antipetismo” – sua versão do “nós”,

depositários do “bem”, contra “eles”, depositários do “mal” –, consequentemente, Jair Bolsonaro também pode ser interpretado como uma reação igual e oposta ao “lulismo”: populista, “antipetista”, de direita.

No entanto, seria simplório pensar que o fenômeno denominado “bolsonarismo” se limita a isso. O triunfo de Jair Bolsonaro, além dos ingredientes usuais (indignação, antipolítica, rejeição dos canais representativos tradicionais, personalização de política, carisma etc.), adequadamente descritos pelo conceito de populismo, é o produto de uma característica específica da direita brasileira: a tensão entre liberalismo e autoritarismo (Gentile, 2018), que marca toda a modernização brasileira ao longo do século XX.

Na direita populista “bolsonarista” confluem os institutos neoliberais ligados às redes internacionais, os pentecostais, atores tradicionais da política brasileira desde a década de 1970, os evangélicos e os novos movimentos ativos, sobretudo nas redes sociais – Revoltados Online, Nas Ruas, Vem Pra Rua, Movimento Brasil Livre (MBL) e alguns neofascistas –, abrindo caminho para a vitória de Bolsonaro, desde as manifestações de junho de 2013, passando pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, até as eleições de 2018.

Com o apoio de seu “guru”, Olavo de Carvalho, teórico da revolta contra a intelectualidade de esquerda, concentrada nas universidades brasileiras, a direita de Bolsonaro se organiza em torno de uma plataforma político-ideológica cujas principais características são o antipetismo, o antibolivarismo – revisitações do anticomunismo da década de 1950 –, a exaltação da ditadura militar, e até a negação de seu caráter autoritário, a antipolítica, expressa no discurso moral de indignação contra a corrupção sem limites, o conservadorismo (defesa da família tradicional e patriotismo), a guerra contra o crime, a oposição à introdução de cotas raciais e de gênero nas universidades e, para completar, o Estado mínimo, a sociedade de mercado, a liberdade de empresa e o fim do Estado de bem-estar social – elementos centrais do pensamento neoliberal.

Considerações finais

Podemos fixar os seguintes pontos sobre a validade e a utilidade do conceito de *populismo*. Ele representa, pelo menos aparentemente, uma saída para as dificuldades taxonômicas inerentes à descrição de um conjunto de traços funcionais dos fenômenos populistas – liderança carismática, personalização da política, apelo ao povo etc. –, mas é preciso ressaltar que não explica a gênese deles nem, parafraseando Max Weber, captura adequadamente os processos de mediação parlamentar dos interesses conflitantes de uma sociedade complexa, uma vez que o líder carismático populista transita da campanha eleitoral, caracterizada pelos códigos comunicativos e midiáticos do discurso “antipolítico”, à Presidência da República.

A esse respeito, o laboratório brasileiro, além de reproduzir as luzes e as sombras do debate europeu e norte-americano sobre o populismo, apresenta um aspecto tão significativo quanto pouco analisado da gênese conceitual e do percurso histórico do populismo, concebido como modelo para dar respostas a condições históricas específicas dos países da América Latina, enfrentando os desafios da criação do Estado-nação e dos processos de modernidade-modernização.

A partir desse observatório privilegiado, pode-se observar a utilidade do conceito, apesar de suas ambiguidades amplamente detectadas, na análise de tipologias políticas que, como os movimentos fascistas, mas não comparáveis a um regime fascista clássico (como é o caso da direita bolsonarista), nascem para dar respostas às massas, em busca de novos sujeitos políticos “pós-democráticos”, capazes de protegê-las e representá-las diante da crise da democracia liberal-representativa clássica.

Referências bibliográficas

- Abranches, S. (2018). *Presidencialismo de coalizão: raízes e evolução do modelo político brasileiro*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Beired, J. L. B. (1999). *Sob o signo da Nova Ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo, SP: Loyola/Programa de Pós-Graduação em História Social-USP.
- Bielschowsky, R. (1988). *Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Buarque de Holanda, S. (1936). *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Campos, F. (1940). *O Estado nacional: sua estrutura, seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio.
- Canovan, M. (1981). *Populism*. New York, NY: Harcourt Brace Jovanovich.
- Capelato Rolim, M. H. (1998). *Multidões em cena. Propaganda política no varguismo e no peronismo*. Campinas, SP: Papirus.
- Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24 de fevereiro de 1891*. (1891). Rio de Janeiro, DF.
- Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988*. (1988). Brasília, DF.
- Costa Pinto, A, & Finchelstein, F. (2019). *Authoritarianism and corporatism in Europe and Latin America. Crossing boundaries*. London, England: Routledge.
- Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943*. (1943). Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Rio de Janeiro, DF.
- Donzelli, M., & Pozzi, R. (2003). *Patologie della politica. Crisi e critica della democrazia tra Otto e Novecento*. Roma, Italia: Donzelli.

-
- Eatwell, R., & Godwin, M. (2018). *National populism: the revolt against liberal democracy*. London, England: Penguin.
- Ferreira, J. (2001). *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Ferreira, J., & Delgado, L. (2003). *O Brasil republicano. O tempo do liberalismo excludente* (Vol. 1). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Finchelstein, F. (2017). *From fascism to populism in history*. Berkeley, CA: University of California Press.
- Gellner, E., & Ionescu, G. (1969). *Populism: its meaning and national characteristics*. London, England: Weidenfeld & Nicolson.
- Gentile, F. (2014). O fascismo como modelo: incorporação da “Carta del Lavoro” na via brasileira para o corporativismo autoritário da década de 1930. *Mediações*, 19(1), 84-101.
- Gentile, F. (2018). A direita brasileira em perspectiva histórica. *Plural*, 1, 92-110.
- Germani, G. (1969). *Sociología de la modernización*. Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Germani, G. (1978). *Authoritarianism, fascism, and national populism*. New Brunswick, NJ: Transaction.
- Gomes, A. M. C. (1988). *A invenção do trabalhismo*. São Paulo, SP: Vértice.
- Gomes, A. M. C. (2001). O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito. In Ferreira, J. (Org.), *O populismo e sua história: debate e crítica* (pp. 17-59). Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Ianni, O. (1968). *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Lamounier, B. (1977). Formação de um pensamento político autoritário na Primeira República: uma interpretação. In B. Fausto (Org.), *História geral da civilização brasileira* (Vol. 2, Tomo 3, pp. 345-374). São Paulo, SP: Difel.
- Lippi, L. (1990). *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Love, J. L. (1975). *O regionalismo gaúcho e as origens da revolução de 1930*. São Paulo, SP: Perspectiva.
- Manin, B. (1995). *The principles of representative government*. Cambridge, England: Cambridge University Press.
- Mény, Y., & Surel, Y. (2000). *Par le peuple. Pour le peuple. Le populisme et les démocraties*. Paris, France: Fayard.
- Oliveira Vianna, F. J. (2005). *Populações meridionais do Brasil*. Brasília, DF: Ed. Senado Federal.
- Romani, C. (2015). A ditadura tolerada: herança autoritária na historiografia sobre Vargas. In N. Avelino, T. Dias Fernandes, & A. Montoya (Orgs.), *Ditaduras. A desmesura do poder* (pp. 197-230). São Paulo, SP: Contrassensos.

-
- Sallum, B., Jr. (2016). Crise política e *impeachment*. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(2), 183-203.
- Silva, R. (2004). *A ideologia do Estado autoritário no Brasil*. Chapecó, SC: Argos.
- Singer, A. (2012). *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Thompson, E. P. (1963). *The making of the English working class*. London, England: Victor Gollancz.
- Torres, A. (1978). *A organização nacional*. São Paulo, SP: Companhia Editora Nacional.
- Trindade, H. (1974). *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de trinta*. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro.
- Weffort, F. (1978). *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Para citar este artigo:

Norma A – ABNT

GENTILE, F. Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 24, p. 49-65, 2020.

Norma B – APA

Gentile, F. (2020). Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, 10(24), 49-65.

Norma C – Vancouver

Gentile F. Populismo e ciências sociais brasileiras: desafios teóricos e metodológicos. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado* [Internet]. 2020 [cited Oct 14, 2020];10(24):49-65. Available from: <https://revistas.uece.br/index.php/revistaconhecer/article/view/2674>